



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XXII – EUCLIDES DA
CUNHA-BAHIA**

SAMUEL BARBOSA DE SOUZA

**De um ponto de vista filosófico, qual a relação
entre racionalidade, liberdade e moralidade ?**

Em primeiro plano, devemos analisar o que vem a ser racionalidade, liberdade e moralidade. Racionalidade não é simplesmente um ser pensante, haja vista que muitos pensam e agem de maneira equivocada, logo a racionalidade é saber usar da razão. Vejamos um exemplo contemporâneo, que pode nos ilustrar de maneira clara sobre esse item: no ano de 2015, houve uma longa, justa e necessária greve geral dos professores da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), após o encerramento do movimento paredista, os alunos foram sobrecarregados de tarefas, humanamente impossíveis de serem realizadas em tempo hábil, e aquelas cumpridas ao seu tempo, foram feitas às pressas, apenas no intuito de cumprir os prazos.

Há que se colocar uma dúvida aos detentores das regras: aos neófitos do saber são entregues dezenas de tarefas, um sem número de textos, diversos vídeos, clipes e filmes, outras dezenas de livros, sendo que todo esse material obrigatoriamente deve ser analisado, lido, relido e depois disso tudo, devem ser feito os comentários, os resumos e os textos dissertativos sobre todo material entregue. Notadamente, os prazos são tão rápidos que mal o aluno consegue ler ou acessar o site, as tarefas estão vencidas. Ficando uma incógnita no ar: O que o aluno deve fazer? Se esforçar para aprender e perder o prazo da postagem, ou escrever qualquer texto sem análise profunda do que se foi proposto, apenas no intuito de “cumprir a tarefa no prazo exigido”?

Essas questões expõem a diferença clara na racionalidade, pois acredito que aqueles que estão fora da caverna (os detentores do saber) deveriam ter um mínimo de paciência, para nós, os que estamos ainda sob a escuridão da ignorância. Nota-se que nesse caso não houve racionalidade dos que propuseram as tarefas, pois no intuito de cumprirem seus prazos não atentaram para as dificuldades que alunos dos rincões da Bahia, que trabalham e tem famílias poderiam sequer cumpri-los.

Kant, relata que o sentido da descoberta do sujeito é a

afirmação da sua liberdade.

O princípio da humanidade e de toda a natureza racional em geral com fim em si mesma – que é a condição suprema que limita a liberdade das ações de cada homem – não é extraído da experiência. É que o princípio de toda a legislação prática reside objetivamente na regra e na forma da universalidade que a torna capaz de ser uma lei da natureza; subjetivamente, porém, reside no fim; mas o sujeito de todos os fins é todo o ser racional como fim em si mesmo: daqui resulta o princípio prático da vontade como condição suprema da concordância desta vontade com a razão prática universal, quer dizer, a idéia da vontade de todo o ser racional concebida como vontade legisladora universal.

Sobre a moralidade a mesma está na relação de toda a ação com a legislação e que tem de encontrar-se em cada ser racional e brotar da sua vontade, cujo princípio é: "nunca praticar uma ação senão em acordo com uma máxima que se saiba poder ser uma lei universal, quer dizer, só de tal maneira que a vontade pela sua máxima se possa considerar a si mesma ao mesmo tempo como legisladora universal".

Segundo Kant, o conceito de liberdade é a chave da explicação da autonomia da vontade.

"A vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a determinem; assim como necessidade natural é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à atividade pela influência de causas estranhas" (1980, p. 149)

Kant criou o termo Imperativo, no seu livro Fundamentação da Metafísica dos Costumes, escrito em 1785. Que segundo alguns autores é uma analogia ao termo bíblico Mandamento.

"a representação de um princípio objetivo enquanto constrange a vontade, denomina-se uma ordem da razão; e a fórmula do mando denomina-se Imperativo"(II)

Referência

KANT, Emanuel. **Fundamentação á Metafísica dos Costumes: O Imperativo categórico”?**. In: “Textos Básicos de Filosofia: Dos Pré-Socráticos à Wittgenstein”, Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Zahar